



AValiação DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL DE EAD UM ESTUDO COMPARADO

EVALUATION THE SUPPORT POLES THE EAD - A COMPARATIVE STUDY

Aldenir Aparecida da Silva Santos (UFF - aldysilvasantos@hotmail.com)

Augusta Isabel Junqueira Fagundes (UFF – profaugusta@gmail.com)

Cristiane das Graças Oliveira (UFF - cristiane.christianeolivier@gmail.com)

Simone Gomes da Costa (UFF - si25.costa@gmail.com)

Resumo

Este trabalho tem como objetivos apresentar uma análise geral sobre os polos de apoio presencial das cidades de Confins, Jaboticatubas e Porteirinha (MG), usando como instrumento de avaliação os “Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância” (2007). Através da pesquisa exploratória, comparou-se a realidade dos polos com as exigências presentes na legislação, onde constatou-se a fragilidade de muitos quesitos como: a falta de uma estrutura mínima; interferência política demasiada; ausência de investimentos, devido à situação precária dos municípios, ausência de capacitação dos professores e tutores que ali trabalham e a falta de participação das IES ali instaladas e, também da SEED/MEC. O que acaba prejudicando a oferta de uma educação de qualidade! Espera-se com esse estudo contribuir para um melhor entendimento das carências e necessidades dos polos pesquisados expondo, assim, os principais desafios enfrentados pela rede CAPES/UAB para seu funcionamento, implementação e gerenciamento através dos dados coletados. Afinal, para se ter um ensino de qualidade é necessário que as instituições de Educação a Distância ofereçam transparência, confiabilidade, agilidade, objetividade, ampla participação da comunidade universitária no processo avaliativo, respeitando às diferentes modalidades da avaliação da aprendizagem que são essenciais em cada área de ensino.

Palavras-chave: Polo de EaD – Demandas – Avaliação interna e externa

Abstract

This work aims to present a general analysis on the information of the cities of Confins, Jaboticatubas and Porteirinha (MG), using as a tool for assessing the "Benchmarks of quality for higher education the distance" (2007). Through exploratory research,





compared the reality of the poles with the present requirements in legislation, where it was noted the fragility of many questions such as: the lack of a minimum structure; too much political interference; the absence of investment, due to the precarious situation of the municipalities, the absence of training of teachers and tutors who work and the lack of participation of the IES there installed and also of the SEED/MEC. What ends up harming the provision of a quality education. This study is expected to contribute to a better understanding of the needs and requirements of Poles surveyed exposing the main challenges faced by the CAPES/UAB network for its functioning, through implementation and management of the data collected. After all, to get a quality education is necessary for distance education institutions offer transparency, reliability, flexibility, objectivity, broad participation of the University community in the evaluation process, respecting the different modalities of learning evaluation which are essential in every area of education.

Keywords: *Polo Distance Education - Demands - internal and external evaluation*

1 Introdução

O mundo moderno vem sendo objeto de profundas e aceleradas transformações. Nas organizações educacionais isso não é diferente. Com a ampliação do uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), ocorreram mudanças significativas no sistema educativo, que proporcionaram novas possibilidades e formas de aprender, e principalmente, no acesso à Educação a Distância, que tem como fundamento a democratização do ensino. Ao implantar um curso de EaD, as universidades são obrigadas a atender as determinações impostas pelo MEC, através da SEED. Dentre essas exigências está a implantação de um polo de apoio presencial, que deve possuir um mínimo de qualidade. Afinal, se se pretende, com a educação escolar, concorrer para a emancipação do indivíduo enquanto cidadão participe de uma sociedade democrática e, ao mesmo tempo, dar-lhe meios, não apenas para sobreviver, mas para viver bem e melhor, então a questão do acesso a uma educação de qualidade deve ser vista como condição *sine qua non*. Neste sentido, ao implantar um curso de EaD nas diferentes localidades do país, a IES deve manter um polo em plena coerência com os objetivos previstos no seu PDI, PPP e de acordo com as diretrizes propostas pelo MEC/SEED, tendo, sempre em vista, atender as expectativas de seus futuros alunos.

Todavia, a par da crescente importância da EaD, ainda é pequeno o volume de investimentos realizados pelas IES, sejam elas públicas ou privadas. O que acaba gerando situações complexas como a falta de uma boa infraestrutura, de uma organização administrativa e pedagógica atuante, de profissionais qualificados, etc. Sem contar com a influência quase danosa do paternalismo político municipal.





A oportunidade de escolha dessa temática nos levou a questionar e a buscar argumentos a fim de validar nossos estudos sobre os Polos de EaD.

Ao analisar os critérios definidores de um bom polo, dentro de um estudo metodológico baseado na revisão bibliográfica buscamos a contribuição de diferentes autores. Entre eles citamos: Belloni (2003), Fagundes (2015); Luckesi (1998); Haydt (1997), Hoffman (2001), Silva e Souza (2012) e Behar (2009) que nos auxiliaram com relação as questões sobre avaliação, processo avaliativo, avaliação institucional e do polo; Freitas et. al. (2009), Rodrigues et. Al. (2014), Dias Sobrinho e Balzan (2005) sobre a avaliação como instrumento de melhoria; Mendes Neto e Brasileiro (2002) e Aretio (2002) sobre a Educação a Distância e o seu processo de expansão no Brasil; Azevedo (2008) sobre os desafios para administrar os polos presenciais; Padoin (2007), Silva e Souza (2012), Ribeiro, Timm e Zaro (2007) e Horta (2009) sobre as características, requisitos e exigências para a organização dos polos e, por fim, a legislação ordinária como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que trata da EaD, Portaria Normativa nº 02/2007 sobre os polos de apoio presenciais e os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância do MEC, de agosto de 2007 (2015), que elenca alguns critérios e requisitos que devem ser observados na implantação dos polos e na sua manutenção.

Portanto, é importante investigar se as exigências legais estão sendo efetivadas e, se não estão, o que deve ser realizado em prol da melhoria da qualidade da Ead.

Esperamos com isso, contribuir para um melhor entendimento das carências e necessidades dos polos pesquisados expondo, assim, os principais desafios enfrentados pela rede CAPES/UAB para seu funcionamento, implementação e gerenciamento através dos dados coletados. Afinal, para se ter um ensino de qualidade é necessário que as instituições de Educação a Distância ofereçam transparência, confiabilidade, agilidade, objetividade, ampla participação da comunidade universitária no processo avaliativo, respeitando às diferentes modalidades da avaliação da aprendizagem que são essenciais em cada área de ensino.

Segundo Azevedo (2008) os desafios para administrar os polos presenciais são imensos, complexos, principalmente, no que se refere ao modelo pedagógico, à organização curricular, a escolha de professores, tutores, conteudista, suporte técnico, estrutura física, pontos de acesso, formas e procedimentos avaliativos, equipamentos etc.

Todo polo necessita de uma gestão logística que envolva o gerenciamento de todos os seus elementos, tendo como foco a estrutura organizacional, bem como, a carências e necessidades de formação, capacitação, qualificação ou aperfeiçoamento de pessoal, além de um processo de avaliação contínua e permanente. De acordo com Belloni (2003), a Avaliação Institucional é uma atividade processual, contínua e sistemática, que envolve dois tipos de sujeitos: sujeitos internos (...) e sujeitos externos (...). Baseando-se, portanto, na avaliação Institucional temos os “Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância”, de agosto de 2007 (2015) o qual define que os polos de apoio presencial devem oferecer aos alunos (sujeito externo) momentos presenciais destinados às seguintes finalidades: avaliação dos estudantes; estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente; defesa de trabalhos de conclusão de curso, atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso e condições favoráveis para que o mesmo possa aprimorar os





conhecimentos adquiridos. E, para os membros ativos do polo (clientes internos) toda a infraestrutura necessária.

O objetivo desse estudo foi apresentar uma análise comparativa sobre os polos de apoio presencial das cidades de Confins, Jaboticatubas e Porteirinha (MG), usando como instrumento de avaliação os “Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância”, de agosto de 2007 (Primário), e, como específicos: 1) Apresentar os principais pontos indicativos de qualidade descritos nos Referenciais; 2) Descrever a situação dos polos baseada na investigação realizada e 3) Mostrar, a partir dos resultados obtidos, a importância da realização de avaliações permanentes nos polos para a melhoria da oferta da EaD.

2 Pressupostos teóricos

É inegável que com o avanço tecnológico o processo educacional ganhou novos direcionamentos. Vários são os autores que conceituam a Educação a Distância (EaD), e, em sua grande maioria, trazem uma visão de educação de qualidade levada a pessoas nos mais distantes lugares, fortalecendo com isso, novas formas de diálogo e interação, fomentando grandes mudanças nos modos de pensar, aprender, agir e lidar com o conhecimento.

Segundo Mendes Neto e Brasileiro,

Ensino a Distância (EaD), inicialmente associado ao estudo por correspondência, foi criado para dar oportunidade de estudo a todas as pessoas que, por razões financeiras, sociais, geográficas ou por incapacidade física, não podiam frequentar uma escola. Assim, o principal objetivo era facilitar o acesso à educação às pessoas que não tinha condições de obter instrução pelos métodos convencionais, pretendendo-se com isso aumentar o nível cultural das populações (MENDES NETO E BRASILEIRO, 2002, p. 11).

Na visão de Aretio (2002), a política de expansão da educação superior no Brasil tem como estratégia a interiorização e democratização do acesso ao ensino por meio da EaD. Afinal, essa modalidade de ensino pode atender a um público geograficamente disperso e, em particular, aquele que se encontra em locais distantes das instituições convencionais. Outro fator importante é o desenvolvimento social, econômico e cultural da região, principalmente devido à permanência do estudante em seu meio social originário.

Todavia, não basta ofertar uma educação de forma massiva sem estabelecer indicadores da sua qualidade, eficácia e eficiência.





Somente através de um acompanhamento contínuo e diferenciado, teremos condições de verificar se o processo de aprendizado do aluno em sua forma plena está dentro do esperado; se os professores no desenvolvimento das suas atividades estão no caminho correto; se as instituições atingiram seus objetivos e se as propostas e programas políticos atingiram seus fins (FAGUNDES, 2015, p. 12.)

Logo, para se garantir a eficácia democratizante da EaD, a avaliação institucional torna-se um mecanismo de suma importância para as instituições de ensino que assumem com seriedade o compromisso da qualidade no desenvolvimento dos cursos a distância.

A avaliação, portanto, deve ser vista como um instrumento de mudança da cultura das Instituições de Ensino Superior. Corresponde a uma intervenção política, ética e pedagógica que supõe uma apurada análise da realidade da instituição. É um processo de reflexão sistemática, metódica, organizada e intencional. Significa um voltar-se para si mesmo, com um olhar, também, para fora e para longe vislumbrando o efeito, a consequência do quanto, do quando, do que, do como, do porquê, do para que se está fazendo este tipo de ensino.

Para Haydt (1997), avaliar é julgar ou fazer apreciação de alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores. Consiste na coleta de dados quantitativos e qualitativos e na interpretação desses resultados com base em critérios previamente definidos.

Deste modo, a avaliação (institucional, do programa ou do curso) constitui um instrumento gerencial de excelência. Através dela é possível medir os resultados, quantificar e qualificar, descrever padrões e medidas, definir critérios, ampliar ou melhorar as informações e, também, gerar mudanças e transformações. Em outras palavras, a avaliação é um momento de autoeducação: um pensar a própria instituição, sobre o que se tem feito ou deixado de fazer.

Segundo Rodrigues *et al* (2014), no cotidiano educacional, a avaliação visa contribuir para a melhoria dos processos administrativos, operacionais, estruturais, pedagógicos e de tomada de decisões.

Ultimamente, a avaliação tem sido vista apenas como um instrumento de controle, tanto burocrático como político administrativo, servindo apenas como termômetro dos sistemas educacionais. Assim, efetivamente, tem tido pouca repercussão no processo de ensino aprendizagem, principalmente porque seus resultados não têm sido usados como forma de revisão das práticas pedagógicas no processo educacional. Se o fosse, seus múltiplos processos e abrangência, os quais permitem problematizar, diagnosticar, inferir, constatar, selecionar, refletir e decidir poderiam ser utilizados para “promover no coletivo a permanente reflexão sobre os processos e seus resultados, em função de objetivos a serem superados...” (FREITAS ET. AL., 2009, p. 78).

A avaliação institucional ou de cursos visa verificar o cumprimento da função social da escola/curso e a qualidade do ensino ofertado. Ela visa, também, subsidiar as políticas públicas na área educacional visando oferecer uma educação de qualidade.

Afinal,





o ato de avaliar importa coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto (LUCKESI, 1998, p. 76).

Nesse sentido, ela abrange desde os atores envolvidos, a organização didático-pedagógica, os agrupamentos técnicos, a infraestrutura pedagógica e organizacional, as sistemáticas políticas, administrativas e financeiras do curso, além das etapas de auto avaliação e avaliação externa, realizadas pelas comissões internas e externas, respectivamente.

Dias Sobrinho e Balzan (2005, p. 12) apontam que “há necessidade de se avaliar para se desenvolver qualidade e há necessidade de se avaliar e inovar a própria avaliação”. E, para buscar a qualidade, a avaliação não pode se resumir apenas as questões técnicas, como testes e resultados. Mas que isso, deve-se conhecer o que precisa ser feito para melhorar o cumprimento das finalidades essenciais da educação (FAGUNDES, 2015).

Com isso, os autores querem destacar a necessidade de se buscar uma avaliação embasada em pesquisas, discussões e debates para o campo das prioridades educacionais. Se o foco da avaliação deve ser a estratégia gerencial, importa menos o tipo de instrumento que será utilizado, e mais o seu real significado dentro do processo de aprendizagem que visa um ensino de qualidade. Por isso, a avaliação da aprendizagem deve estar a serviço da ação pedagógica (HOFFMAN, 2001).

A avaliação da EaD tem primado a busca da qualidade do ensino. Da mesma forma que um curso presencial precisa ser reconhecido pelo Ministério da Educação e seguir as mesmas diretrizes curriculares, a EaD também precisa ser avaliada.

Os Referenciais de Qualidade para as instituições que ofereçam cursos a modalidade da EaD visam padronizar as normas e procedimentos nacionais para os ritos regulatórios, além de servir de base de reflexão para a elaboração de referenciais específicos para os demais níveis educacionais que podem ser ofertados a distância (MEC, 2007). Além disso, eles definem princípios, diretrizes e critérios que servirão de debates e reflexões para a busca da qualidade na EaD no Brasil.

Eles circunscrevem-se no ordenamento legal vigente em complemento às determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu art. 80, posteriormente, regulamentado pelos Decretos n.º 2.494 e 2.561, de 1998 – e, ambos revogados pelo Decreto nº 5.622, em vigência desde sua publicação em 20/12/2005, e do Decreto 5.773 de junho de 2006 e das Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20/12/1996, esclarece que

[...] ficou estabelecida a política de garantia de qualidade no tocante aos variados aspectos ligados à modalidade de educação à distância, notadamente ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, harmonizados com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2007, p. 02).





Isto é, no caso da EaD, a avaliação deve ser examinada dentro dos pressupostos induzidos pelos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância do MEC, que define as dimensões e os componentes definidores das suas características principais.

Neste ponto, é importante destacar a inclusão de referências específicas aos polos de apoio presencial, que foram contemplados com as regras dos Decretos supracitados e pela Portaria Normativa nº 2, de janeiro de 2007. Destarte, o polo passa a integrar, com especial ênfase, o conjunto de instalações que receberá avaliação externa, quando do credenciamento institucional para a modalidade de educação a distância. Portanto, dentro dos Referenciais de Qualidade do MEC para a EaD está a exigência de uma infraestrutura de apoio mínima, constituída dos polos de apoio presenciais.

Com a crescente demanda de cursos oferecidos na modalidade EAD, surge, então, um desafio para as instituições no sentido de buscar opções para criar centros de atendimento aos alunos em vários locais, segundo a demanda da distribuição geográfica ou estabelecer parcerias com outras instituições, fazendo uso da estrutura já existente adequando-a as necessidades da modalidade a distância.

Deve-se ressaltar que, por meio da implantação dos polos presenciais, as instituições de ensino poderão viabilizar a expansão, interiorização e regionalização da oferta de educação no país. Assim, para sua implantação, a escolha e estruturação do local, deve-se respeitar as peculiaridades de cada região e localidade, bem como as particularidades dos cursos ofertados e suas respectivas áreas de conhecimento, visando, principalmente, o desenvolvimento social, econômico e cultural da região.

Segundo a Portaria Normativa nº 02/2007, § 1º, “o polo de apoio presencial é a unidade operacional para desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância”. Sua importância está vinculada, sobretudo, à estimulação da mediação pedagógica presencial, uma vez que funciona como um ponto de referência para o estudante e, auxilia o desenvolvimento do curso.

O polo de apoio presencial é um espaço que deve privilegiar as ações promovendo situações educacionais e culturais, permitindo que o vínculo entre aluno/polo/universidade seja estabelecido. Ele deve proporcionar ao indivíduo a possibilidade de interação e construção. Afinal, tendo o estudante como centro do processo educacional, um dos pilares para garantir a qualidade de um curso a distância é a interatividade entre professores, tutores e estudantes, também de forma presencial.

Uma das características e exigências fundamentais na organização institucional e respectivamente de curso e programa a distância, além da organização básica e de qualidade do projeto pedagógico do curso, é a sua estrutura multidisciplinar, a realização de um trabalho e produção coletiva, o domínio das novas tecnologias de comunicação e informação, a existência de uma infraestrutura física (laboratórios) e de recursos humanos compatíveis com as novas atividades. (...) A educação a distância, ao mesmo tempo que, se estrutura em tais bases, propicia a experiência de trabalho integrado e multidisciplinar, em que as instituições ampliam sua área de atuação aproximando-se mais da comunidade e da realidade social, bem como





incentiva a pesquisa em novas metodologias e tecnologias de comunicação e informação aplicadas principalmente na educação (PADOIN, 2007, p. 4)

O polo presencial é importante, também, pelo papel dos tutores presenciais na organização dos trabalhos e na orientação dos alunos quanto aos objetos de cada atividade, principalmente naquelas localidades onde o acesso a uma bibliografia atualizada é muito complicado. Além disso, o polo presencial favorece a experiência científica, o acesso aos ambientes didáticos, atividades em grupos que possibilitem a interação e a troca de conhecimentos entre os estudantes (SILVA; SOUZA, 2012).

De acordo com Ribeiro, Timm e Zaro (2007) é necessário que este espaço seja

um ponto de referência institucional que norteie e agregue os recursos de planejamento e desenvolvimento da educação a distância, com critérios claros de planejamento e gestão, bem como instrumentos para acompanhar e coordenar cada etapa do trabalho (RIBEIRO, TIMM E ZARO 2007, p. 1)

Por isso, para sua implantação a Instituição mantenedora deverá estabelecer um plano de gestão a fim de garantir efetivamente o pleno desenvolvimento das atividades do curso, oferecendo condições e serviços adequados e suficientes para atender o seu público alvo, suas expectativas, demandas e necessidades.

São muitos os desafios na implantação de um polo presencial de apoio que envolve desde a escolha do modelo a ser implantado ao seu planejamento logístico, financeiro e administrativo, além da contratação e manutenção de pessoal (professores, tutores, equipes de produção de mídias, suporte técnico e gestores).

Sua organização deve ter por fim assegurar a qualidade dos conteúdos ofertados por meio da disponibilização aos estudantes de material para pesquisa e recursos didáticos para aulas práticas e de laboratório, em função da área de conhecimento abrangida pelos cursos. E a sua infraestrutura refere-se, de um lado, aos recursos materiais necessários para fazer frente ao número de estudantes, tecnologias e alcance geográfico dos cursos a distância; e de outro, às condições físicas e estruturais para suporte ao conjunto de ações próprias dessa modalidade educacional (BRASIL, 2007).

Horta (2009) destaca a importância do local para a garantia efetiva dos resultados pedagógicos. Segundo ele, “a necessidade de se promover o alcance aos padrões mínimos de funcionamento em todas as escolas públicas resulta de uma visão mais ampla acerca da universalização do ensino” (...).

Entretanto, nem todos os polos encontram-se em harmonia com o preceituado na legislação ordinária. Em sua maioria, principalmente por serem instalados em bases múltiplas, vinculados a administração pública municipal, estadual e federal, sofrem influências políticas danosas, que acabam comprometendo a qualidade do ensino ofertado. Suas condições têm suscitado debates, posto que, são muitos os elementos a serem analisados como os aspectos de infraestrutura, funcionais, administrativos e de gestão.





Por exemplo, Silva e Souza (2012), ao avaliarem os Polos de Apoio presencial da educação a distância da Rede E-Tec Brasil no estado de Tocantins, constataram que há necessidade de investimentos na infraestrutura física para atender a gestão dos cursos a distância, principalmente, nos espaços físicos, salas para coordenação e sala para tutoria dos polos de apoio presencial. Segundo os autores, nos polos analisados são necessários mais tutores presenciais e computadores para manter a qualidade dos cursos ofertados, pois foram encontrados casos nos quais a relação de alunos por tutor e alunos por computador chegam, respectivamente, a 45 e 7.

Sabemos que não há um modelo único de educação à distância! Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. Todavia, de acordo com os Referenciais de Qualidade para as instituições que ofereçam cursos nessa modalidade, a SEED/MEC (2007) coloca algumas condições que devem ser avaliadas até mesmo como um a estratégia das IES para verificarem se o caminho adotado deve ser mantido, aprimorado ou até mesmo extinto visando sempre a qualidade do projeto de ação pedagógica.

O polo de apoio presencial, enquanto parte estratégica da EaD precisa estar em boas condições. Trata-se de um espaço que prescinde de uma boa infraestrutura tecnológica básica, de um planejamento eficaz, dinâmico e adequado frente às demandas relacionadas ao atendimento dos alunos e, também, da comunidade na qual estará inserido. O que pressupõe mobilizar recursos humanos, educacionais e tecnológicos envolvidos e de acordo com a extensão de território a ser alcançada, o que representa um significativo investimento para a instituição. E isso, independe de ser uma instituição pública ou privada.

Neste sentido, a implementação de uma boa gestão nos polos garantiria que, de forma global, tais aspectos fossem considerados. Entretanto, a grande dificuldade encontra-se na sua implantação. Um dos grandes problemas de constituição dos polos é o imediatismo. Por razões políticas muitos polos são implantados sem uma gestão adequada.

O espaço geográfico existente na modalidade EAD compromete este princípio da gestão eficaz, uma vez que as unidades polos, muitas vezes estão geograficamente distantes da sede, inviabilizando um acompanhamento das ações *in loco* e, conseqüente, a melhoria da qualidade destas (BEHAR, 2009, p. 17).

Por isso é essencial que na implantação e gestão de um polo presencial os fatores internos, externos, estruturais, organizacionais e metodológicos sejam contemplados evitando surpresas e frustrações naqueles que irão se beneficiar das suas atividades.

Daí ser importante verificar se os polos estão de acordo com os Referenciais de Qualidade. A partir da observação desses aspectos no contexto do curso é possível proceder ao processo de valoração do conjunto de indicadores de cada uma das dimensões dos sistemas de EAD investigados nos polos de estudos presenciais, como por exemplo, a sua infraestrutura organizacional complexa (técnica, pedagógica e administrativa); os recursos ali disponibilizados, a metodologia e os demais processos de ensino aprendizagem.





Todavia, a grande questão é, se o MEC está realmente atento para que as universidades busquem de fato a melhoria no seu sistema de EaD. Daí ser importante, neste estudo, analisar, dentro dos Referenciais de Qualidade do MEC, a inclusão e o respeito as referências específicas voltadas para a qualidade de atendimento dos polos de apoio presenciais. Nesse sentido, precisam ser avaliados a estrutura dos polos de apoio presencial, os profissionais locados, os serviços prestados, as ações desenvolvidas, entre outros fatores indicativos da qualidade almejada pela instituição, alunos, sociedade e poder público.

3 Metodologia

A investigação proposta nesse trabalho partiu de uma pesquisa bibliográfica, a partir de levantamentos de materiais com dados já analisados e publicados com o intuito de analisar as diferentes posições e fontes teóricas e contribuição científica sobre o tema escolhido “avaliação de polos presenciais de Educação a Distância”.

Quanto aos fins, a metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, com o fim de comparar a realidade dos polos de apoio presencial de EaD com as exigências presentes na legislação vigente, especialmente quanto ao cumprimento dos requisitos previstos nos “Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância”, estabelecidos pela SEED/MEC, de agosto de 2007. Teve como foco os polos de apoio presencial das cidades de Jaboticatubas, Confins e Porteirinha (MG). As duas primeiras cidades (Confins e Jaboticatubas) integram a região denominada Grande Belo Horizonte/MG. e a última está situada na Mesorregião do Norte de Minas. Ou seja, a metodologia da pesquisa envolveu o “estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer ciência” (DEMO, 1981, p. 07).

Nesse sentido, dentro dos parâmetros metodológicos, a coleta de dados realizou-se in loco, mediante visitas técnicas¹ nos polos, por meio de observação direta não-participante e mediante entrevistas formuladas com questões semiestruturadas enviadas por e-mail² para as coordenadoras dos polos e dos cursos, tutores e alunos, observando-se, ainda, as peculiaridades e necessidades de cada curso oferecido nos respectivos polos.

O instrumento da entrevista foi dividido em 4 seções: I - Sobre o polo (análise sobre os fundamentos da instalação do polo para verificar se o mesmo estava dentro dos objetivos da UAB e se sua infraestrutura era adequada as exigências das Diretrizes Curriculares); II - Sobre os profissionais (verificação dos aspectos políticos estão envolvidos na escolha dos profissionais e sobre o sistema de avaliação dos trabalhos realizados, bem como se existe algum processo de treinamento); III - Sobre as atividades desenvolvidas no polo (quais são, de fato, as atividades ali empreendidas e quais são os resultados fáticos dessas ações); IV - Sobre os convênios celebrados com as IES. As seções foram distribuídas em 18 questões, diretas e abertas, estruturadas e semiestruturadas, numa tentativa de abranger o maior número de informações a respeito dos polos.

As abordagens tiveram por objetivo identificar e descrever as características e os aspectos mais relevantes a serem destacadas sobre os polos e que estão implícitos nas determinações legais vigentes.

¹ Realizadas nos meses de novembro de dezembro de 2014

² O questionário foi desenvolvido na plataforma Google Doc, no site <https://docs.google.com/>





A observação foi importante pois “engloba o conjunto de operações através das quais o modelo de análise (constituído por hipóteses e por conceitos) é submetido aos testes dos factos e confrontado com dados observáveis (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1998). Isto é, confrontamos os dados bibliográficos com os fatos nos Polos pesquisados estabeleceu-se indicadores de qualidade para o mesmo. Afinal, “todos nós constantemente observamos – notamos – o que ocorre à nossa volta [...]. Esse é o método básico para conseguir informações sobre o mundo que nos cerca” (SELLTIZ et al, 1972, p. 225)

Zanella (2009) ressalta que a observação tem como vantagem o registro do fenômeno na situação na qual ele ocorre, o que aumenta a autenticidade dos acontecimentos. Os registros das observações, bem como as transcrições das entrevistas foram tratados por meio de análise de conteúdo. Dessa maneira, os dados foram pré-analisados, depois descritos analiticamente e, por fim, feita a interferência e interpretação dos resultados (ZANELLA, 2009). Esta fase foi desenvolvida individualmente em cada polo e, depois, efetuada de forma conjunta visando obter uma percepção do todo.

Uma vez transcritos e analisados os dados obtidos, elaborou-se um quadro representativo das considerações observadas. Nele, de forma descritiva, levantou-se os principais quesitos exigidos para a constituição de um polo frente ao ambiente analisado.

4 Considerações finais

A partir das pesquisas realizadas constatou-se que, levando em consideração os problemas apresentados, devido à situação precária dos municípios e a falta de investimento por parte das IES ali instaladas e, também da Secretaria de Educação a Distância, os Polos funcionam como mediadores para todos aqueles que buscam uma oportunidade em termos educacionais. Devido a existência dos polos, e, através deles muitas pessoas tem acesso a uma educação que antes não teriam como realizar. Uma educação com viés democrático e de qualidade!

Por outro lado, os indicadores utilizados para a análise, que foram os mesmos do MEC (infraestrutura, recursos tecnológicos e humanos) mostrou que podemos considerar que os Polos estudados, utilizados por diferentes instituições públicas (UFF, UFMG, UFLA, UFOP etc) demonstram ser de boa qualidade em termos físico, estrutural e tecnológico. Com relação a visão dos coordenadores, os Polos ainda não se consolidaram como um “local de encontro” pela própria imaturidade dos alunos que, somente, comparecem ao local nas datas das provas e para realizar atividades programadas. Outro ponto importante que se mostrou como fragilidade das instituições foi a questão dos tutores presenciais que ficam sobrecarregados devido ao grande número de alunos de diferentes cursos e de múltiplas Instituições de Ensino Superior. O que acaba gerando inúmeros conflitos entre esses alunos e os respectivos tutores. Além da falta de espaço adequado para atendimento a esses alunos.

De acordo com os demais profissionais do polo e com os dados coletados, os locais apresentam, ainda, algumas deficiências com relação a infraestrutura, como por exemplo, a ausência de auditórios, salas de atendimentos individual e/ou em grupo para os tutores, bibliotecas com a





bibliografia básica e complementar a conteúdo e outros aspectos que poderiam ampliar as atividades dos tutores, melhorando sensivelmente a qualidade da educação ali ofertada. Em síntese podemos afirmar que a grande deficiência está vinculada a gestão de pessoas, que poderia ser bem mais efetiva. Mas nada que impede a busca pela melhoria.

Em todos os polos se constatou que os problemas são muito parecidos. Em termos de infraestrutura os polos mostraram-se adequados, atendendo aos requisitos mínimos previstos nos Referenciais da Qualidade para a Educação Superior à Distância. Todavia, muitas coisas, ainda, precisam ser efetivadas como: a otimização do espaço para outros tipos de cursos e ampliação das parcerias entre as IES, SECTS e as Prefeituras Municipais visando, principalmente, a liberação de investimentos para o polo. Em todos os três Polos urge maiores investimentos visando melhorar o atendimento aos alunos, principalmente por atender uma região com muita demanda.

Portanto, a análise nos três polos mostrou que falta investimento, adequação da infraestrutura aos cursos, melhoria nas condições de trabalho, capacitação para os profissionais e melhor condições de atendimento aos alunos, além de processos avaliativos que possam contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos ofertados.

Como recomendações, após a pesquisa realizada entendemos ser pertinente a realização de um processo avaliativo mais permanente e que englobasse todos os envolvidos, como se dá na educação presencial. Sugeriria a montagem de uma comissão avaliativa em duas perspectivas: uma local e outra da IES ali alocada que a cada trimestre ou semestre se reuniria para verificar as questões levantadas por ambas. Outra recomendação que julgamos procedente e que entendemos ser de grande eficácia é que as Instituições de Ensino Superior – IES, ao escolher os polos e na sua implantação levasse em conta os fatores regionais, as demandas locais e, principalmente as necessidades dos alunos em detrimento aos aspectos políticos. Isto é, que de fato se buscasse a competência dos profissionais ali alocados e não as indicações políticas. O que se caracterizou como um dos grandes entraves da eficácia dos polos.

Enfim, em termos avaliativos, este trabalho apresentou-se em parte, inconclusivo devido à necessidade de ampliar a coleta de dados, principalmente com relação a infraestrutura, docentes, laboratórios e acervo bibliográfico bem como com relação as dimensões expressas nas normativas do MEC e os indicadores assinalados nos instrumentos legais. Pois muitos pontos ainda são ineficientes. Apesar disso, conclui-se que, os polos são de fato instrumentos norteadores e fundamentais para o processo de democratização da educação nacional e cuja qualidade é apenas uma questão de tempo.





5 Referências

- AZEVEDO, Adriana Barroso; SATHLER, Luciano. **Avaliação institucional – relevância e usos na EAD.** Disponível em <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008124132PM.pdf>, 2008. Acesso 24/02/15
- ARETIO, Lorenzo García. **La educación a distancia - de la teoría a la práctica.** Barcelona/España: Ariel Educación, 2002.
- BELLONI, Isaura. **Avaliação Institucional: um instrumento de democratização da educação.** Linhas Críticas, 5(9), pp.7-30, 2003. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/6711/5418>>. Acesso em 26/02/15
- BRASIL. **Decreto nº 5.800**, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/decreto/d5800.htm, acesso em 09/06/15
- BRASIL. **Lei nº 10.861/04** disponibilizada em [Http://www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em 09/06/15
- BRASIL. **Portaria MEC 40/07**, reeditada em 2010. Disponibilizada em [Http://: http://pigead.lanteuff.org](http://pigead.lanteuff.org). Acesso em 09/06/15
- BRASIL. **Referenciais de Qualidade para a Educação Superior à Distância.** SEAD/MEC. Brasília, agosto/2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em 20/06/15
- BEHAR, Patricia Alejandra et al. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância.** Porto Alegre: Artmed, 2009
- CATAPAN, Aracy. **Mediação Pedagógica Diferenciada** In: ALONSO, Katia Morosov. RODRIGUES, Rosângela Schawarz, BARBOSA, Joaquim Gonçalves. (Orgs) Educação a distância: práticas, reflexões e cenários plurais. Cuiaba. MT EdUMT, 2009, p.71-79.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1981.
- DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. **Avaliação Institucional: teoria e experiências** (Org.), 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- FAGUNDES, Augusta Isabel Junqueira. **Avaliação no cotidiano escolar: implicações legais.** Belo Horizonte: Arriba, 2015.
- FREITAS, L. C.; SORDI, M. R. L.; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão.** Petrópolis: Vozes, 2009.
- GARCIA, Rosineide Pereira Mubarak. **Avaliação da Aprendizagem na Educação a Distância na Perspectiva Comunicacional.** Cruz das Almas: UFRB, 2013.
- HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** 6ª edição. São Paulo. Editora Ática. 1997.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** Porto Alegre: Mediação, 2001.
- HORTA, Silas Dumont Pires. **A influência da estrutura física no ensino aprendizagem.** 19/11/2009. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/a-influencia-da-estrutura-fisica-no-ensino-aprendizado/28413/>>. Acesso em 17/06/15
- LUCKESI, C. C. **Verificação ou Avaliação: o que prática a escola?** Ideias: São Paulo, n.8, p.71-80, 1998.
- MENDES NETO, F. M.; BRASILEIRO, F. V. **Uma Taxonomia para Ambientes de Aprendizagem Suportados pela Web, XXII CSBC, Anais...** 2002.
- MORAN, Jose Manuel. **Desafios da Educação a Distância do Brasil.** In: ARANTES, Valéria Amorim (org.) VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos contrapontos. Summus Editorial. 2011. p.45-109
- PADOIN, M. M. **Relato de experiências na gestão da EAD: na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Aberta do Brasil (UAB).** Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2007/anais/site/pdfs/2931.pdf> acesso em 12/07/15





QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998

RIBEIRO, L. O. M. TIMM, M. I.; ZARO, M. A. **Gestão de EaD: a importância da visão sistêmica e da estruturação dos CEADs para a escolha de modelos adequados**. CINTED-UFRGS, v. 5. n. 1, jul. 2007.

RODRIGUES, C. M. C; RIBEIRO, J. L. D.; CORTIMIGLIA, M.; BÜNDCHEN, C. **Uma Proposta de Instrumento para Avaliação da Educação a Distância**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 321-354, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a04v22n83.pdf>>. Acesso em: 05/06/15.

SELLTIZ et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1972.

SILVA, Edson Rosa Gomes da; RIBAS, Júlio César da Costa; MOREIRA, Bruno César de Melo; BATTISTI, Patrícia Battisti; Pereira, Alice Theresinha Cybis. **Gestão de polo de apoio presencial no sistema Universidade Aberta do Brasil: construindo referenciais de qualidade**. Novas Tecnologias, v. 8 nº 3, CINTED-UFRGS, dezembro, 2014

SILVA, Gislene Magali da; SOUZA; Madson Teles de. **O papel dos polos de apoio presencial da Rede E-Tec Brasil no estado de Tocantins**. In: VII CONNEPI – Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, Anais... Palmas, Tocantins, 2012. Disponível em: <

<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/4454/2767>>. Acesso em: 08/06/15.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

Site:

[Http://piaged.lanteuff.org/](http://piaged.lanteuff.org/)

